JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.06.01 06:37:27 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 1º de junho de 2023 • Nº 1572 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CONGRESSO

Renan acusa Lira de atrapalhar governo Lula

Em meio aos embates com Arthur Lira (PP-AL), o senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou ontem que o presidente da Câmara dos Deputados impede o governo Lula (PT) de formar maioria no Congresso Nacional e quer ser "uma espécie de guardião do mercado". "Padilha (ministro da Secretaria de Relações Institucionais) é uma pessoa maravilhosa. O que o governo está tendo dificuldade é que o presidente da Câmara tem impedido que o governo construa maioria", disse o senador a jornalistas na chegada ao Senado. "Ele só possibilita votação do que vai efetivamente derrotar o governo e impede o governo de exercer a coalizão que montou. Quando aprova uma matéria, aprova como se fosse uma concessão dele à República. Ele quer funcionar como uma espécie de guardião do mercado. PÁGINA 3

LEIS TRIBUTÁRIAS

/ABRASIL

Haddad critica lobby por desoneração de impostos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), afirmou ontem que a legislação tributária no Brasil é uma "colcha de retalhos", o que torna o sistema de impostos do país "um dos piores, senão o pior do mundo". Ele também criticou o lobby em torno da aprovação de leis tributárias. "Muitas vezes, uma lei é aprovada de forma confusa propositalmente por conta de um lobby que ato contínuo vai atuar no Judiciário para dizer que a tese correta é a dele", avaliou, em discurso na mesa de abertura do 7º Congresso do Contencioso Tributário, que ocorre nesta semana, em Brasília. O evento é organizado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão formado por advogados públicos que atua justamente em ações do governo relativas à arrecadação de tributos e dívidas devidas à União. PÁGINA 2

CAGED

País abre 180 mil vagas com carteira assinada em abril

O Brasil registrou saldo positivo na criação de postos de trabalho com carteira assinada em abril. Mas, houve queda em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, a diferença entre o número de contratações e de demissões ficou em 180.005. Ou seja, em abril, o país criou pouco mais de 180 mil postos de trabalho com carteira assinada em 23 das 27 unidades federativas. Apesar do saldo positivo, o número representa uma queda de 12,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando 205.499 postos de trabalho foram criados. PÁGINA 2

CORRUPÇÃO

SENADO

STF fixa pena de Collor em 8 anos e 10 meses de cadeia

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, ontem, aplicar uma pena de 8 anos e 10 meses de prisão, em regime inicial fechado, ao ex-presidente Fernando Collor (PTB) (**foto**) pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele também foi condenado a 90 dias-multa, cada um deles definido como cinco salários mínimos à época dos últimos fatos apontados na acusação, em 2014, corrigidos pela inflação —que pode exceder R$ 500 mil. O Código Penal estabelece que o condenado com pena superior a oito anos de prisão deve começar a cumpri-la em regime fechado. Os ministros também entenderam que o ex-presidente integrava associação criminosa e seria condenado a mais dois anos de prisão, mas para esse crime houve prescrição. Além disso, Collor foi condenado a pagar, junto com os outros condenados, uma indenização por danos morais coletivos de R$ 20 milhões, que é o valor que eles teriam recebido de propina. Foram condenados, além do ex-presidente, outros dois acusados de participarem do esquema. A decisão do STF foi tomada na sétima sessão de julgamento do processo contra Collor, 73, derivado da Operação Lava Jato. PÁGINA 3

MONTADORAS

Venda de veículos novos despenca 30% em maio

PÁGINA 2

ABRIL

Setor público tem superávit de R$ 20,3 bi

Um superávit primário de R$ 20,3 bilhões foi registrado pelo setor público consolidado em abril deste ano. O resultado é 47,8% inferior ao apurado em abril do ano passado. Os dados são das Estatísticas Fiscais divulgadas ontem pelo Banco Central do Brasil. O setor público consolidado é composto pelos governos central e locais, além das estatais não financeiras (federais, estaduais e municipais), com exceção da Petrobras. Em abril deste ano, o governo central apresentou um superávit de R$ 16,9 bilhões e os governos regionais tiveram resultado positivo de R$ 4 bilhões. Por outro lado, as empresas estatais tiveram déficit de R$ 602 milhões no período. O superávit acumulado pelo setor público consolidado nos 12 meses encerrados em abril chega a R$ 56,2 bilhões, ou 0,55% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. O montante dos juros nominais do setor público somou R$ 45,8 bi no mês, 42,7% a menos do que os R$ 79,9 bi de abril de 2022. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,58% / 108.335,07 / -631,96 / Volume: R$ 34.371.629.531 / Negócios: 3.375.972

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CVC BRASIL ON NM	3.38	+13.42	+0.40
BRF SA ON NM	8.13	+11.83	+0.86
MARFRIG ON NM	6.64	+6.24	+0.39
AZUL PN N2	16.85	+4.98	+0.80
MINERVA ON NM	10.22	+3.86	+0.38

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON NM	7.66	–2.54	–0.20
ASSAI ON NM	10.750	–4.19	–0.470
TIM ON NM	13.96	–2.85	–0.41
IRBBASIL REON N	38.00	–1.83	–0.71
FLEURY ON NM	15.59	–2.20	–0.35

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	63.81	–0.73	–0.47
PETROBRAS PN N2	26.12	–1.02	–0.27
LOCALIZA ON NM	62.04	–1.85	–1.17
BRASIL ON NM	44.62	–0.18	–0.08
BRF SA ON NM	8.13	+11.83	+0.86

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.908,27	-0,41
NASDAQ Composite	12.935,285	-0,63
Euro STOXX 50	4.211,41	-1,83
CAC 40	7.098,7	-1,54
FTSE 100	7.446,14	-1,01
DAX 30	15.664,02	-1,54

Salário mínimo	R$ 1.320,00	IGP-M	-1,84% (mai.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA (5)	0,39% (mai.)	Compra: 5,4594	Venda: 5,6394
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(03/05)	13,75%	1,12	até o dia 31/mai.	Compra: 5,0953	Venda: 5,0959
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(1º/6)	0,72%	BM&F/grama	R$ 314,00	Compra: 5,0725	Venda: 5,0731
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(05/2023)	0,2423%	Compra: 5,4225	Venda: 5,4231	Compra: 5,0448	Venda: 5,2648

Economia

LEIS TRIBUTÁRIAS

Haddad critica lobby por desoneração de impostos no Congresso

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a legislação tributária no Brasil é uma "colcha de retalhos", o que torna o sistema de impostos do país "um dos piores, senão o pior do mundo". Ele também criticou o lobby em torno da aprovação de leis tributárias.

"Muitas vezes, uma lei é aprovada de forma confusa propositalmente por conta de um lobby que ato contínuo vai atuar no Judiciário para dizer que a tese correta é a dele", avaliou, em discurso na mesa de abertura do 7º Congresso do Contencioso Tributário, que ocorre nesta semana, em Brasília.

O evento é organizado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão formado por advogados públicos que atua justamente em ações do governo relativas à arrecadação de tributos e dívidas devidas à União.

"Vocês sabem que a arrecadação federal teve muitas derrotas, não só no Congresso Nacional, com desonerações absolutamente caóticas, mas também nos tribunais. A PGFN é artífice da recuperação da base fiscal do Estado", afirmou o ministro aos procuradores.

PRIVILÉGIOS

Dados calculados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) apontam que, até o final do ano, o governo federal deve deixar de arrecadar R$ 440,5 bilhões por conta da concessão dos chamados "privilégios tributários". O montante soma de todos os benefícios e incentivos tributários concedidos pela União a parcelas específicas de contribuintes e consta em estudo publicado pela entidade na terça-feira passada.

No evento da PGFN, o advogado-geral da União, Jorge Messias, que é procurador da Fazenda Nacional de carreira, leu um discurso em defesa da reforma tributária, cuja discussão deve ganhar velocidade no Congresso Nacional, ao longo dos próximos meses. "Acreditamos que as propostas apresentadas caminham para uma tributação progressiva e fundamentam-se nas premissas de base ampla, poucas alíquotas e tributação no destino", destacou.

REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária está em discussão a partir de um grupo de trabalho criado no Congresso Nacional com base em duas propostas que já tramitam na Câmara dos Deputados (PEC 45/19) e no Senado Federal (PEC 110/19). O relator do grupo é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O governo federal está atuando em torno desses projetos em andamento e intensificar a articulação parlamentar para aprová-los.

O eixo central da proposta é uma reforma que unifique os tributos em um só , o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que substituiria cinco impostos federais, estaduais e municipais. Além disso, também se discute a ideia de um IVA Dual, que resultaria em um tributo federal e um de competência estadual e municipal.

Em evento recente com industriais paulistas, Fernando Haddad afirmou que a introdução de um Imposto de Valor Agregado único resolveria "boa parte dos vícios do atual sistema" que, segundo ele, "é o grande vilão pelas baixas taxas de crescimento da nossa produtividade".

CAGED

País abre 180 mil vagas com carteira assinada em abril

OUSSAMA EL GHAOURI/ABRASIL

O Brasil registrou saldo positivo na criação de postos de trabalho com carteira assinada em abril. Mas, houve queda em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, a diferença entre o número de contratações e de demissões ficou em 180.005.

Ou seja, em abril, o país criou pouco mais de 180 mil postos de trabalho com carteira assinada em 23 das 27 unidades federativas.

Apesar do saldo positivo, o número representa uma queda de 12,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando 205.499 postos de trabalho foram criados.

E também mostra uma queda de 6,70% em relação a março deste ano, que teve saldo positivo de 192.915 contratações com carteira assinada.

Já do início do ano até abril, foram criados 705.709 postos de trabalho com carteira assinada, uma queda de 14,51% em relação ao mesmo período do ano passado.

Mesmo com a queda, a quantidade total de vínculos trabalhistas celetistas atingiu 43.150.134, o maior desde abril do ano passado, representando um aumento de 4,61% em relação àquele mês. E 0,42% a mais em relação a março deste ano.

O salário médio de admissão subiu de R$ 1.971,11 em março para R$ 2.015,58 em abril.

Nos estados, apenas Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba tiveram saldo negativo. Ou seja, mais fecharam do que abriram postos de trabalho. São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro tiveram os maiores saldos somando mais de 100 mil vagas com carteira assinada.

Entre as atividades econômicas, o maior saldo foi em serviços (103.894), seguido do comércio (27.559), construção (26.937), indústria (18.713) e agropecuária (2.902).

BANCO CENTRAL

Setor público tem superávit primário de R$ 20,3 bi em abril

VITOR ABDALA/ABRASIL

Um superávit primário de R$ 20,3 bilhões foi registrado pelo setor público consolidado em abril deste ano. O resultado é 47,8% inferior ao apurado em abril do ano passado. Os dados são das Estatísticas Fiscais divulgadas ontem pelo Banco Central do Brasil.

O setor público consolidado é composto pelos governos central e locais, além das estatais não financeiras (federais, estaduais e municipais), com exceção da Petrobras.

Em abril deste ano, o governo central apresentou um superávit de R$ 16,9 bilhões e os governos regionais tiveram resultado positivo de R$ 4 bilhões. Por outro lado, as empresas estatais tiveram déficit de R$ 602 milhões no período.

O superávit acumulado pelo setor público consolidado nos 12 meses encerrados em abril chega a R$ 56,2 bilhões, ou 0,55% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

JUROS NOMINAIS

O montante dos juros nominais do setor público – apropriados por competência – somou R$ 45,8 bilhões no mês, 42,7% a menos do que os R$ 79,9 bilhões de abril do ano passado.

A redução foi influenciada pelo resultado das operações de swap cambial, que teve ganhos de R$ 14,2 bilhões em abril de 2023 e perdas de R$ 15,4 bilhões em abril de 2022.

No acumulado de 12 meses, os juros nominais alcançaram R$ 659,5 bilhões (6,47% do PIB) em abril de 2023. No acumulado de 12 meses em abril do ano passado, o valor era de R$ 489,4 bilhões (5,35% do PIB).

O resultado nominal do setor público, que considera o resultado primário e os juros nominais apropriados, ficou deficitário em R$ 25,4 bilhões em abril. O déficit nominal acumulado em 12 meses chegou a R$ 603,3 bilhões (5,92% do PIB).

MONTADORAS

Venda de veículos novos cai 30% em maio

A venda de veículos novos teve queda de cerca de 30% no período de 25 a 30 de maio, na comparação com o mesmo período de abril, mostram dados de mercado obtidos pela reportagem.

De 25 a 30 de abril, foram licenciados 47.815 veículos no país. A maioria foram carros de passeio, mas a conta inclui também outras categorias, como caminhões e ônibus. Já de 25 a 30 de maio, o total foi de 33.417, o que representa 30,1% a menos.

Em 25 de maio, quinta-feira passada, o governo anunciou um plano para reduzir o preço dos carros populares novos por meio do corte de impostos.

As reduções nos preços finais dos veículos vão variar de 1,5% a 10,96% -os descontos serão maiores para os carros mais baratos. Além do preço, dois outros fatores serão levados em conta para determinar o tamanho do desconto: a eficiência energética e a produção nacional.

No entanto, o governo ainda não detalhou como funcionarão os descontos nem a data exata em que entrarão em vigor. Com isso, analistas avaliam que os consumidores estão esperando a chegada dos descontos para fechar a compra de carros novos. Na data do anúncio, foi informado que o detalhamento da medida seria feito em até 15 dias.

"Quando há qualquer anúncio de redução de imposto, as pessoas esperam para ver o que vai acontecer. Com a definição, as coisas devem voltar ao normal. A situação ainda está meio confusa", avalia Joel Leite, diretor da agência Autoinforme.

Leite explica que, tradicionalmente, os emplacamentos na segunda quinzena do mês costumam ser maiores do que na primeira. Em maio, os números ficaram na mesma faixa, na média ao longo do mês.

Isso ocorre porque é comum que as locadoras de veículos, que são grandes compradoras, fechem mais negócios nos últimos dias do mês. Os dados não fazem distinção entre compra por pessoas físicas e empresas.

Algumas montadoras têm feito promoções para tentar reduzir o estoque e movimentar as concessionárias, mas o foco principal está na oferta de taxas mais atraentes no financiamento. As reduções de preço ainda não atingiram o que é previsto pelo governo.

IBGE

Desemprego de 8,5% é menor taxa para abril desde 2015

VITOR ABDALA/ABRASIL

A taxa de desemprego do trimestre finalizado em abril deste ano (8,5%) é a menor para o período desde 2015, quando o indicador havia ficado em 8,1%. Na comparação com o ano passado, por exemplo, houve uma queda de 2 pontos percentuais, já que a taxa do trimestre encerrado em abril de 2022 foi de 10,5%.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse também é o segundo ano consecutivo em que a taxa de desemprego não cresce em relação ao trimestre encerrado em janeiro, como costuma acontecer nesse período. Em 2022, a taxa caiu 0,7%. Neste ano, manteve-se estável.

Segundo a pesquisadora do IBGE Alessandra Brito, tampouco houve aumento da população desempregada, que se manteve estável, em 9,1 milhões de pessoas. "O que está explicando essa taxa (de desemprego) ter ficado estável (na comparação trimestral) é porque a procura (por trabalho) não aumentou estatisticamente como era esperado pela questão sazonal", conta.

Ela destaca ainda que a população subutilizada, aquela que está desocupada ou que poderia trabalhar mais do que trabalha, ficou em 21 milhões de pessoas, isto é, 2,5% menor que no trimestre anterior (encerrado em janeiro) e 19,6% inferior ao mesmo período do ano passado (trimestre findo em abril de 2022).

A população fora da força de trabalho, ou seja, aqueles que não estão trabalhando e nem procurando emprego, aumentou, chegando a 67,2 milhões de pessoas. Houve altas de 1,3% ante o trimestre anterior e de 3,5% no ano.

"Quando a gente vai olhar para a população fora da força, poderia pensar que as pessoas desistiram de procurar porque o mercado está ruim, mas não é o que parece. A população desalentada teve redução e a força de trabalho potencial também teve redução", afirma a pesquisadora.

A população desalentada é formada por aqueles que gostariam de trabalhar e estavam disponíveis, mas não buscaram trabalho por vários motivos. Esse contingente chegou a 3,8 milhões de pessoas, 4,8% a menos do que no trimestre anterior e 15,3% a menos do que no ano passado.

Já a força de trabalho potencial reúne aquelas pessoas que procuraram trabalho, mas não estavam disponíveis e aquelas que gostariam de trabalhar, mas não chegaram a buscar emprego. O tamanho desse grupo caiu 6,2% na comparação trimestral e 16,7% na comparação anual.

Segundo a pesquisadora, ao longo de 2022, a taxa de desemprego mostrou uma melhora em relação ao início da pandemia de covid-19 (anos de 2020 e 2021) e, nos últimos trimestres, vem apresentando estabilidade em torno de 8%.

INFORMALIDADE

A taxa de informalidade no mercado de trabalho brasileiro chegou a 38,9% da população ocupada, ou seja, 38 milhões de pessoas. O percentual ficou abaixo dos observados no trimestre anterior (39%) e no mesmo trimestre do ano passado (40,1%).

Os empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (que não fazem trabalho doméstico) ficou em 36,8 milhões, estável ante trimestre anterior e 4,4% superior (mais 1,6 milhão de pessoas) ante o ano anterior.

Aqueles que trabalham sem carteira assinada no setor privado (12,7 milhões) recuaram 2,9% (menos 383 mil pessoas) no trimestre e ficou estável na comparação anual.

RENDIMENTO

O rendimento real habitual ficou em R$ 2.891, estável ante o trimestre anterior. Houve um crescimento de 7,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. A massa de rendimento real habitual (R$ 278,8 bilhões) também ficou estável ante o trimestre anterior e cresceu 9,6% na comparação anual.

ESTADOS

BNDES volta com linha de crédito de R$ 30 bilhões

Ampliar a capacidade de investimento de estados e municípios dentro da agenda de desenvolvimento socioambiental. Essa é a proposta da nova linha de crédito para entes da federação, lançada pelo BNDES. Estão reservados R$ 30 bilhões para essa finalidade, explica Tereza Campello, que comanda a Diretoria Socioambiental do banco. Essa modalidade de financiamento a estados e municípios estava suspensa desde 2018. Dentro do novo escopo se encaixam projetos de mobilidade urbana, saneamento, recursos hídricos, segurança pública, saúde, educação e conectividade. A lista inclui ainda propostas para recuperação do patrimônio histórico e de áreas afetadas por eventos climáticos extremos, como enchentes e deslizamentos. Compra de ônibus elétrico, obras para proteção de encostas e instalação de painéis solares para a geração de energia distribuída são alguns exemplos práticos de projetos que se enquadram.

"Nossa área atua para gerar emprego e crescimento econômico, alinhados com políticas socioambientais que contribuam para a redução de desigualdades, recuperação e ampliação da infraestrutura física no país, promoção da agenda verde, além do combate aos efeitos das mudanças climáticas", afirma Campello.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 20º Tarde 16º Noite 5% 06:41 17:26 **OUTONO:** Sol com muitas nuvens durante o dia. À noite tempo firme.

CORRUPÇÃO

STF fixa pena de Collor em 8 anos e 10 meses de cadeia

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, ontem, aplicar uma pena de 8 anos e 10 meses de prisão, em regime inicial fechado, ao ex-presidente Fernando Collor (PTB) pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ele também foi condenado a 90 dias-multa, cada um deles definido como cinco salários mínimos à época dos últimos fatos apontados na acusação, em 2014, corrigidos pela inflação — que pode exceder R$ 500 mil.

O Código Penal estabelece que o condenado com pena superior a oito anos de prisão deve começar a cumpri-la em regime fechado.

Os ministros também entenderam que o ex-presidente integrava associação criminosa e seria condenado a mais dois anos de prisão, mas para esse crime houve prescrição.

Além disso, Collor foi condenado a pagar, junto com os outros condenados, uma indenização por danos morais coletivos de R$ 20 milhões, que é o valor que eles teriam recebido de propina. Foram condenados, além do ex-presidente, outros dois acusados de participarem do esquema.

A decisão do STF foi tomada na sétima sessão de julgamento do processo contra Collor, 73, derivado da Operação Lava Jato.

Na última quinta-feira, foi decidido por 8 votos a 2 a condenação do ex-presidente. Os ministros Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques foram os únicos que votaram por sua absolvição.

O tamanho da pena e suas condições —a chamada dosimetria— foram definidos ontem. Collor, no entanto, só será preso após o julgamento de eventuais recursos apresentados pela sua defesa.

O ex-presidente e ex-senador é acusado de receber propina de um esquema de corrupção na BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras.

Comprovantes encontrados no escritório do doleiro Alberto Youssef, além de depoimentos de colaboradores da operação, foram usados como elementos de prova na ação contra Collor.

O caso foi levado à pauta do plenário do STF porque estava próximo da prescrição. O ex-presidente sempre negou todas as acusações. A decisão desta quarta interrompe a prescrição, anunciou a ministra Rosa Weber.

TRANSPORTE

Tarcísio anuncia mais seis estações na futura linha 6-laranja do metrô

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou ontem a construção de mais seis estações na futura linha 6-laranja do metrô. Serão mais 5 quilômetros de obras.

Segundo ele, o projeto está em estudo e prevê mais quatro paradas na direção sul e duas na direção norte, sem definição da localização delas.

"Nós temos que aproveitar a mobilização que já tem aqui. Temos duas tuneladoras", disse o governador durante evento na futura estação Sesc Pompeia, na zona oeste de São Paulo. Ontem, o "tatuzão", nome popular da máquina que escava os túneis do metrô, chegou ao local. É a terceira estação de um total de 16 a ser escavada. O equipamento segue, agora, em direção à parada São Joaquim, na zona sul.

A escavação da linha 6-laranja foi retomada em agosto do ano passado após ter ficado parada por seis meses por causa do acidente que rompeu a tubulação de esgoto e criou uma cratera no asfalto da marginal Tietê, no canteiro de obras da estação Freguesia do Ó.

Atualmente, o projeto da linha tem 16 estações e segue da parada São Joaquim, em ligação com a linha 2-azul, até a estação Pátio Morro Grande, na zona norte da cidade. O novo traçado da linha irá respeitar a interligação com a estrutura que já existe do metrô, de acordo com o governador.

"Sabemos da delicadeza de um projeto dessa natureza. O tatuzão passa a 75 metros abaixo da superfície, mas o primeiro passo tem que ser dado", disse o governador.

Lançada em 2008, a linha 6-laranja tinha previsão inicial de ser entregue em 2012, mas houve atrasos nas obras e paralisação do contrato com o consórcio Move SP, em 2016. O governo estadual prevê a entrega das obras no segundo semestre de 2025.

As obras ficaram paradas durante quatro anos porque o consórcio formado pelas empresas Odebrecht, Queiroz Galvão e UTC alegou falta de recursos. O contrato, então, foi repassado à empresa espanhola Acciona, em 2020.

Tarcísio ressaltou que os problemas anteriores na linha 6-laranja foram sanados e que se "sente tranquilo" em relação à continuidade das obras. "Observe quem era o contratante original dessas obras, eram empresas que tiveram problemas com a Lava Jato o que interrompeu o fluxo dos contratos. Teve que ser feita uma transferência do controle acionário", disse.

CONGRESSO

Renan acusa Lira de atrapalhar articulação do governo Lula

Em meio aos embates com Arthur Lira (PP-AL), o senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou ontem que o presidente da Câmara dos Deputados impede o governo Lula (PT) de formar maioria no Congresso Nacional e quer ser "uma espécie de guardião do mercado".

"Padilha (ministro da Secretaria de Relações Institucionais) é uma pessoa maravilhosa. O que o governo está tendo dificuldade é que o presidente da Câmara tem impedido que o governo construa maioria", disse o senador a jornalistas na chegada ao Senado.

"Ele só possibilita votação do que vai efetivamente derrotar o governo e impede o governo de exercer a coalizão que montou. Quando aprova uma matéria, aprova como se fosse uma concessão dele à República. Ele quer funcionar como uma espécie de guardião do mercado."

Rival político do clã Calheiros em Alagoas, Lira foi às redes sociais ontem para negar que tenha pedido a demissão do ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), filho de Renan Calheiros, em troca da aprovação da MP (medida provisória) que reorganizou os ministérios.

Questionado se o presidente da Câmara havia pedido a demissão de Renan Filho ao governo, Renan afirmou que "não costuma" ser informado "sobre as coisas do Arthur Lira".

Segundo membros da ala política e parlamentares governistas, Lira fez chegar na noite de segunda-feira ao próprio presidente Lula, à Casa Civil e à Secretaria de Relações Institucionais a reclamação de que estava insatisfeito com mensagens publicadas por Renan em redes sociais.

Na véspera, o senador afirmou que Lira agrediu a ex-mulher, é caloteiro e desvia dinheiro público.

"Triste exemplo: Lira é caloteiro, costuma não pagar o que deve. Pior, desvia dinheiro público e bate em mulher - deu uma surra de 2h em Jullyene, a ex-esposa e mãe de seus filhos. Confesso que aprovei a Lei Maria da Penha pensando em punir meliantes como ele", escreveu no Twitter.

Nota

THIAGO BRENNAND SERÁ OUVIDO EM 21 DE JUNHO, DIZ TJSP

O empresário Thiago Brennand, acusado de agressão a mulheres, será interrogado no próximo dia 21 de junho. Além dele, a audiência marcada para as 14h, também ouve cinco testemunhas de defesa. Todas as oitivas e o interrogatório do acusado ocorrem no formato virtual. Ele está preso, no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, desde 30 de abril. Ele é acusado de agredir mulheres – uma dessas agressões foi flagrada por câmeras de uma academia em São Paulo. Brennand estava foragido nos Emirados Árabes Unidos e foi extraditado há cerca de um mês, depois de tratativas do governo brasileiro.

CÂMARA

Golpistas da CPI do MST tentam calar deputadas e criminalizar movimento

A sessão da CPI do MST ontem teve discussões entre parlamentares da base aliada do presidente Lula (PT) e da oposição logo nos seus primeiros minutos, críticas do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), ao movimento sem terra e a determinação para que uma ativista deixasse o plenário após bate-boca.

Antes que Caiado começasse a discursar, as parlamentares do PSOL Sâmia Bomfim (SP) e Talíria Petrone (RJ), além da presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), apresentaram uma série de questões de ordem —todas foram indeferidas pelo presidente do colegiado, deputado Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS).

Em um momento, o deputado Abilio Brunini (PL-MT) se colocou em frente às deputadas do PSOL, que reiteradamente pediram que ele deixasse o local. A enfermeira e ativista Líbia Bellusci interferiu e saiu em defesa das parlamentares.

Zucco, então, a pedido do relator da CPI, Ricardo Salles (PL-SP), pediu que a ativista fosse retirada do plenário —o que gerou um bate-boca entre as deputadas, agentes da Polícia Legislativa que estavam no plenário e parlamentares da oposição.

"Tem um monte de gente gritando ali atrás e ninguém faz nada. Um deputado veio para cima de duas deputadas mulheres e vocês não fizeram nada", disse Sâmia.

ZUCCO RECUOU

Líbia afirmou à Folha de S.Paulo que defende a reforma agrária e que a considera "fundamental". Disse ainda que os parlamentares da CPI "tentam calar a voz das mulheres".

"Não dava para ficar calada quando o tempo inteiro mulheres estão sendo cerceadas de seus direitos. Por que escutam todos os homens e as mulheres não? Isso é machismo, é misoginia."

Poucos minutos depois, a ativista reagiu a uma fala de Caiado, e Zucco pediu que ela fosse retirada do plenário. Houve novo bate-boca, o deputado Marcon (PT-RS) criticou a atitude de Zucco, e a ativista deixou o local acompanhada dos agentes.

Parlamentares da base aliada criticaram a decisão, dizendo que outras pessoas que estão acompanhando a sessão também reagem a falas e não são retiradas do local.

O convite para que Caiado participasse da sessão partiu de um requerimento do deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) que foi aprovado em sessão da CPI na terça-feira. Na justificativa, Gayer afirmou que Caiado fosse convidado para "enriquecer o debate".

Caiado é aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ligado à pauta ruralista e foi presidente da UDR (União Democrática Ruralista). Ao longo de sua fala, fez uma série de críticas ao MST, afirmando que é um movimento clandestino, sem transparência e insinuando relação dele com o narcotráfico.

Parlamentares como Gleisi e Nilto Tatto (PT-SP) criticaram o governador afirmando que ele fazia ilações e acusações graves —e que era preciso apresentar provas sobre isso.

"Alerta de Fake News! Na CPI, governador de Goiás tá extrapolando, acusando MST de crimes, envolvimento com narcotráfico e dizendo que o movimento é clandestino. Mentira!!! TODA atividade do MST é registrada com a prestação de contas devidamente feita aos órgãos públicos. #ToComMST", escreveu Gleisi nas redes sociais.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 21 de junho de 2023, às 10:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração do quórum de aprovação das matérias, prevista na Cláusula 11.6 do Termo de Securitização, o qual passará a exigir os Titulares dos CRI que representem, no mínimo, a maioria dos presentes na Assembleia Geral, em caso de aprovação, a referida Cláusula passará a vigorar da seguinte forma: "*11.6. Quórum de Deliberação (Geral). As deliberações em Assembleia Geral de Titulares de CRI, em primeira ou em segunda convocação, serão tomadas pelos votos favoráveis de titulares de CRI que representem, no mínimo, a maioria dos CRI presentes na respectiva assembleia, salvo se (i) a regulamentação aplicável prever quórum mínimo superior; ou (ii) se disposto de maneira diversa no presente Termo de Securitização ou no Termo de Emissão.*"; (ii) A alteração da definição da "Data de Aniversário", prevista na Cláusula 4.9 (3) do Termo de Securitização, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: "*(3) Considera-se como "Data de Aniversário" as datas dispostas como "Data de Pagamento" no Anexo II a este Termo de Securitização.*"; (iii) A ratificação, referente ao pagamento das parcelas de nº 4 e de nº 5, constante do Anexo II do Termo de Securitização foi integralmente paga considerando-se como "Data de Aniversário", o disposto no item (ii) acima"; (iv) A concessão de waiver referente ao descumprimento da obrigação de envio, pela devedora e pela LS Energia GD I S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.424/0001-07 ("LS Energia GD I"), pela LS Energia GD II S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.446/0001-69 ("LS Energia GD II"), pela LS Energia GD III S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.409/0001-50 ("LS Energia GD III"), pela LS Energia GD IV S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.376/0001-49 ("LS Energia GD IV"), pela LS Energia GD V S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.356/0001-78 ("LS Energia GD V" e, quando em conjunto com a LS Energia GD I, LS Energia GD II, LS Energia GD III e LS Energia GD IV, "SPEs"), de seus balancetes trimestrais consolidados, referentes ao 1º e 2º trimestre de 2023; (v) A concessão de waiver para isentar a Emissora e as SPEs, do cumprimento da obrigação de apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas do ano de 2022 e das Demonstrações Financeiras auditadas do primeiro trismestre do ano de 2023, como prevê, em sua Cláusula 7.6 do Termo de Securitização, devendo apresentar as Demonstrações Financeiras não auditadas do ano de 2022, assim como as Demonstrações Financeiras não auditadas do primeiro trimestre do ano de 2023, até o dia 01 de julho de 2023; (vi) A concessão de um waiver para isentar a Emissora e as SPEs, do cumprimento da obrigação de apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas do segundo trimestre do ano de 2023, como prevê, em sua Cláusula 7.6 do Termo de Securitização, devendo apresentar tais demonstrações auditadas em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de encerramento do segundo trimestre do ano de 2023, no dia 14 de agosto de 2023; (vii) A concessão de um waiver, para isentar a Devedora do cumprimento da obrigação de atendimento do ICSD mínimo no primeiro e segundo trimestre de 2023, como prevê a Cláusula 5.4.1.4 do Termo de Emissão das Notas Comerciais; (viii) A concessão de waiver para isentar a Devedora da obrigação de cálculo do Fluxo de Caixa Livre para o primeiro e segundo trimestre de 2023, como prevê a Cláusula 5.4.1.2 do Termo de Emissão das Notas Comerciais; e (ix) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando a maioria dos CRI, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 01 de junho de 2023. Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

Nota

DEFESA DE APPIO NEGA QUE VOZ SEJA DELE

A defesa do juiz Eduardo Appio, afastado da Vara Federal responsável pelos processos da Operação Lava Jato em Curitiba, nega que ele tenha telefonado para o filho do magistrado Marcelo Malucelli e sócio do senador Sergio Moro (União Brasil-PR), João Eduardo Malucelli. Embora laudo da Polícia Federal aponte que a gravação "corrobora fortemente a hipótese" de que se trata da voz do juiz afastado, o advogado Pedro Serrano disse que Appio não fez a ligação. "Ainda vamos estudar quais as provas (iremos produzir), mas provavelmente uma perícia, para comprovar que não era a voz (do juiz Appio)", disse Serrano.

TCU

Tribunal de Contas derruba pagamento extra por 'trabalho penoso' do Ministério Público

O TCU (Tribunal de Contas da União) decidiu ontem que o pagamento do adicional de atividade penosa para analistas e técnicos do Ministério Público da União é ilegal.

A votação, ocorrida no plenário da corte de contas, foi unânime.

A medida previa um incremento de 20% na remuneração de servidores que estivessem lotados em zonas de fronteira, nos estados do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia e em locais da Amazônia Legal e do semiárido nordestino com menos de 315 mil habitantes.

Também conhecido como "adicional de penosidade", o direito contempla trabalhadores que exercem atividades penosas que podem gerar desgastes físicos ou mentais. Ele foi incorporado às carreiras do Ministério Público em 2011 pelo então procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos.

A concessão do benefício foi contestada pela Advocacia-Geral da União (AGU), que classificou a medida como "absolutamente descabida". "A concessão dessa benesse aos servidores do MPU [...] gera inúmeras demandas judiciais por parte de outros servidores públicos federais, acarretando sérios riscos às finanças públicas", afirmou o órgão, em representação enviada ao TCU.

OUTONO: Sol com muitas nuvens e com chuva. À noite tempo firme. Manhã Tarde Noite 26º 19º 85% 06:24 17:14

Rex Empreendimentos Imobiliários IV Ltda.
CNPJ/MF nº 13.809.243/0001-17 – NIRE 33.208.994.219
Edital de Convocação – Reunião de Sócios

REX Empreendimentos Imobiliários IV Ltda., com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401-A, Leblon, Rio de Janeiro-RJ ("Sociedade"), vem pela presente convocar seus sócios para comparecerem à reunião de a ser realizada, em primeira convocação, no dia 09/06/2023, às 10:30 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o exame, a discussão e a aprovação do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Rex Sul Empreendimentos Ltda. pela Rex Empreendimentos Imobiliários IV Ltda.*", celebrado nesta data, pelas administrações da Sociedade e da **Rex Sul Empreendimentos Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 11.081.518/0001-13 e NIRE 33.2.0845.194-1, com sede na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, salas 501-A, 502-A e 504-A, Leblon, Rio de Janeiro-RJ ("Rex Sul" ou "Incorporada"), o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da incorporação da Rex Sul pela Sociedade ("Protocolo e Justificação"); (ii) a ratificação da contratação e nomeação de empresa avaliadora ("Empresa Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação com o objetivo de determinar o valor contábil do patrimônio líquido da Rex Sul, a ser incorporado pela Sociedade ("Laudo de Avaliação"); (iii) a incorporação da Rex Sul pela Sociedade nos termos e condições do Protocolo e Justificação ("Operação" ou "Incorporação"); (iv) o eventual aumento de capital da Sociedade em razão da Incorporação da Rex Sul; e (v) a autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na Assembleia. Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos sócios na sede social da Sociedade. Quaisquer correspondências, questionamentos e/ou solicitações à Sociedade deverão ser encaminhadas por escrito com antecedência à data da Reunião de Sócios para o endereço da sede social indicado acima. Rio de Janeiro, 31/05/2023. **Rodrigo Romualdo Moreira** – Diretor Sem Designação Específica; **Alexandra Catherine de Haan** – Diretora Sem Designação Específica. (01, 02 e 03/06/2023)

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 32.398.119/0001-50 - NIRE 33.3.0032928-5
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: DATA, HORA E LOCAL: Em 28/04/2023, às 11:30 horas, na sede da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei 6.404"), tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes ainda, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia o Sr. Rogério Diniz de Oliveira, o Diretor Técnico da Companhia o Sr. Murilo Magalhães Nogueira, e o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o St. Ricardo Gomes Leite. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Carlos Eduardo Assumpção Olesko; e Secretário: Germán Sánchez González. **PUBLICAÇÕES:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 28/04/2023, às fls. 4, 5 e 6, e no Jornal Diário do Acionista, 28/04/2023, às fls. 24, 25 e 26 ("Publicações"). **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre **(i.a)** contas da administração, Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, **(i.b)** destinação do lucro líquido do exercício; **(i.c)** destinação do resultado referente a exercícios anteriores; e **(ii)** em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre remuneração global dos administradores. **DELIBERAÇÕES:** Iniciado os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes a Ordem do Dia. Após exame e discussão, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram: **(i)** em AGO: **(i.a)** as contas da administração, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, conforme Publicações; **(i.b)** a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022, no montante de R$ 79.596.724,21 (setenta e nove milhões, quinhentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e vinte e um centavos), para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma: **(i.b.i)** R$ 3.979.836,21 (três milhões, novecentos e setenta e nove mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos) serão destinados à Reserva Legal; **(i.b.ii)** R$ 18.904.222,00 (dezoito milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais) serão destinados aos dividendos mínimos obrigatórios, e **(i.b.iii)** R$ 56.712.666,00 (cinquenta e seis milhões, setecentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais) serão destinados à Reserva de Lucros a Realizar. Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas renunciam aos dividendos mínimos obrigatórios indicados no item "i.b.ii" acima, por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. **(ii)** em AGE a proposta de remuneração anual global para os administradores da Companhia referente ao exercício de 2023, corresponderá a R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais). Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata na forma de sumário, que lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **Assinaturas**: **Presidente** Carlos Eduardo Assumpção Olesko; **Secretário:** Germán Sánchez González; Cymi Construções e Participações S.A., Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. e Brasil Energia Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., ambos **Acionistas**. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. RJ, 28/04/2023. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente;** Germán Sánchez González - **Secretário.** Jucerja nº 5504886 em 31/05/2023.

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 24.176.892/0001-44 - NIRE 33.3.0031913-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: DATA, HORA E LOCAL: Em 28/04/23, às 10:30 horas, na sede da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei 6.404"), tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes ainda, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia o Sr. Rogério Diniz de Oliveira, o Diretor Técnico da Companhia o Sr. Murilo Magalhães Nogueira, e o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o St. Ricardo Gomes Leite. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Carlos Eduardo Assumpção Olesko; e Secretário: Germán Sánchez González. **PUBLICAÇÕES:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/22 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Diário Oficial do Estado do RJ, em 28/04/23, às fls. 11, 12, 13 e 14, e no Jornal Diário do Acionista, em 28/04/23, às fls. 27, 28 e 29 ("Publicações"). **ORDEM DO DIA: (i)** Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre **(i.a)** contas da administração, Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/22, **(i.b)** destinação do lucro líquido do exercício; **(i.c)** destinação do resultado referente a exercícios anteriores e **(ii)** em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre remuneração global dos administradores. **DELIBERAÇÕES:** Iniciado os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes a Ordem do Dia. Após exame e discussão, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram: **(i)** em AGO: **(i.a)** as contas da administração, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/22, conforme Publicações; **(i.b)** a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31/12/22, no montante de R$ 490.077.724,91 (quatrocentos e noventa milhões, setenta e sete mil, setecentos e vinte quatro reais e noventa e um centavos) para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma: **(i.b.i)** R$ 24.503.886,25 (vinte e quatro milhões, quinhentos e três mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos) serão destinados à Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404; **(i.b.ii)** R$ 2.450.801,54 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e um reais e cinquenta e quatro centavos) serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais; **(i.b.iii)** R$ 115.780.759,28 (cento e quinze milhões, setecentos e oitenta mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos) serão destinados aos dividendos mínimos obrigatórios; e **(i.b.iv)** R$ 347.342.277,84 (trezentos e quarenta e sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) serão destinados à Reserva de Lucros a Realizar. Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas renunciam aos dividendos mínimos obrigatórios indicados no item "i.b.iii" acima, por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. **(ii)** em AGE a proposta de remuneração anual global para os administradores da Companhia referente ao exercício de 2023, corresponderá a R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais). Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata na forma de sumário, que lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **Assinaturas**: Carlos Eduardo Assumpção Olesko, **Presidente**; Germán Sánchez González, **Secretário**; Cymi Construções e Participações S.A.; Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.; e Brasil Energia Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., ambos **Acionistas**. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. RJ, 28/04/23. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente;** Germán Sánchez González - **Secretário.** Jucerja nº 5503610 em 30/05/2023.

FRANÇA

Macron: negociação para fim da guerra vem 1º que julgamento de Putin

O presidente da França, Emmanuel Macron, admitiu ontem que o julgamento de Vladimir Putin por crimes de guerra na Ucrânia pode não ser viável, ao menos por ora, devido à necessidade do Ocidente de negociar com o russo para acabar com o conflito no Leste Europeu, em curso há 15 meses.

"Se nos próximos meses tivermos uma janela para negociações, a questão será a arbitragem entre um julgamento e uma negociação.(...) E eu acho que as negociações serão prioridade. Você pode se colocar em uma posição em que diga: 'Eu quero que você vá para a cadeia, mas você é o único com quem posso negociar'", disse Macron numa conferência de segurança em Bratislava, a capital da Eslováquia.

O francês voltou a enfatizar que a Ucrânia está defendendo não apenas suas próprias fronteiras no conflito, mas também a segurança de toda a Europa. Ao mesmo tempo, ele reconheceu que o Ocidente terá de reavaliar o apoio a Kiev se a esperada contraofensiva ucraniana não atingir os objetivos militares.

A contraofensiva é aguardada após o envio de armas para a Ucrânia e a conclusão de treinamentos de soldados por forças ocidentais nos últimos meses. Em abril, a Otan, aliança liderada pelos EUA, afirmou que já havia enviado 230 tanques para a ação. Outros 1.550 blindados também já estão com Kiev.

Oleksi Danilov, autoridade de segurança da Ucrânia, afirmou à rede britânica BBC que a contraofensiva em territórios ocupados pela Rússia é iminente, mas evitou estipular uma data para o início das operações.

Apesar de reforçar a necessidade de diálogo com Putin, o francês disse que as evidências de crimes de guerra cometidos pela Rússia e por seus líderes devem continuar sendo reunidas. Em março, o Tribunal Penal Internacional (TPI), baseado em Haia, emitiu um mandado de prisão contra o presidente russo argumentando que ele é o provável responsável pela deportação ilegal de crianças de áreas ocupadas pela Rússia na Ucrânia. A corte diz que o líder falhou em exercer controle de seus subordinados.

Em espécie de mea-culpa, Macron reconheceu que a França deveria ter prestado mais atenção às nações do Leste Europeu, que alertaram sobre uma Rússia beligerante antes da invasão russa à Ucrânia. Segundo ele, não deve haver divisão entre o que chamou de "velha Europa" e a "nova Europa", referindo-se às divergências entre países da Europa Ocidental e Oriental sobre questões relacionadas a Moscou.

Macron disse que a Rússia sofreu reveses claros na guerra, entre eles a adesão da Finlândia à Otan e a perda de legitimidade no cenário global. "A guerra está longe de terminar, mas uma coisa é certa: a Ucrânia não será conquistada. Podemos ver que o que deveria ser uma 'operação especial' já é um fracasso geopolítico", disse o presidente francês.

Após o início da guerra, Macron recebeu críticas de autoridades europeias, entre os quais da Polônia, manter os canais de comunicação abertos com Vladimir Putin.

Em abril, o líder francês também foi criticado após dizer em entrevista publicada pelo site americano Politico e pelo jornal francês Les Echos que os países europeus correm o risco de se tornarem "vassalos" caso as tensões entre as superpotências se intensifiquem no contexto da Guerra Fria 2.0, protagonizada pelos EUA e pela China. Na ocasião, o francês defendeu uma "autonomia estratégica" da Europa.

VATICANO

Em conversa por telefone, Lula convida Papa a voltar ao Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Papa Francisco conversaram por telefone ontem. Em nota, o Palácio do Planalto informou que o petista agradeceu a atuação do pontífice pela paz na Ucrânia e pelo combate à pobreza.

Na conversa, ainda segundo o comunicado, Lula também agradeceu pela atuação da Igreja Católica em prol da "preservação da Amazônia, contra as forças que atacam a floresta" e pelas menções e solidariedade do papa com o Brasil ao longo dos últimos anos.

O presidente convidou Francisco para fazer uma visita ao país. O Papa teria dito que avaliaria a possibilidade. Os dois devem ter uma audiência no Vaticano em junho ou julho deste ano.

De acordo com o Planalto, Lula ainda relatou ao chefe da Igreja Católica suas conversas com outras lideranças em busca da paz na Ucrânia e lamentou a escalada do conflito na região.

O papa ainda teria dito ao brasileiro que ele tem autoridade para liderar um processo de busca de paz.

COLÔMBIA

Petro pede a Lula extradição de homem que matou namorada

Em encontro com Lula no Palácio do Planalto ontem, o presidente colombiano Gustavo Petro destacou conversas sobre a Amazônia, uma visita futura do petista à Colômbia e ressaltou um pedido de extradição a um homem condenado por estupro e homicídio da então namorada em 1994.

Petro disse que pediu a extradição de Jaime Saade para que "responda perante o judiciário colombiano pelo feminicídio de Nancy Mestre". Ele também citou o pai da mulher, responsável por encontrar o paradeiro do assassino da filha, que fugiu para Belo Horizonte, em sua luta por "Justiça e amor".

Lula, por sua vez, destacou a cúpula de países amazônicos a ser realizada em Belém. "Em julho, estarei em Letícia, na fronteira entre nossos países, e o presidente Petro confirmou sua vinda para a reunião entre países amazônicos em Belém, em agosto", escreveu o presidente nas redes sociais.

"Conversamos também sobre nossa disposição para juntos combatermos o garimpo ilegal e o narcotráfico", completou Lula.

O presidente colombiano também convidou o Brasil a ser o país homenageado na Feira do Livro de Bogotá, em abril de 2024.

PAI DA VITIMA

Jaime Saade foi condenado na Colômbia sob a acusação de estuprar e assassinar Nancy Mestre, de 18 anos. O crime ocorreu em 1993, durante a noite de Réveillon.

Conforme informações do processo, Jaime e Nancy eram namorados e saíram para comemorar. Segundo as investigações, o acusado agrediu a jovem e a estuprou.

CONCESSÃO DE LICENÇA
INDÚSTRIA DE CONCRETO QUINTELA LTDA – CNPJ nº 13.835.229/0001-98, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2022/04153, a Licença Municipal de Operação nº EIS-LMO-2023/00086 com validade de 120 meses para Fabricação Artefatos e Produtos de Concreto e Cimento situada na Avenida Dom João VI, nº 38.915 – Guaratiba – Rio de Janeiro/RJ.

Rex Sul Empreendimentos Ltda.
CNPJ/MF nº 11.081.518/0001-13 – NIRE nº 33.2.0.845.194-1
Edital de Convocação – Reunião de Sócios

REX Sul Empreendimentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco nº 290, salas 501-A, 502-A e 504-A, Leblon, CEP 22.430-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 11.081.518/0001-13, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.2.0.845.194-1 ("Sociedade"), vem pela presente, nos termos do Contrato Social da Sociedade e da legislação aplicável, convocar seus sócios para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, no dia 09 de junho de 2023, às 10 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o exame, a discussão e a aprovação do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Rex Sul Empreendimentos Ltda. pela Rex Empreendimentos Imobiliários IV Ltda.*", celebrado nesta data, pelas administrações da Sociedade e da **Rex Empreendimentos Imobiliários IV Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 13.809.243/0001-17 e com os seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.2.0899.421-9, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22.430-060 ("Rex IV" ou "Incorporadora"), o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da incorporação da Sociedade pela Rex IV ("Protocolo e Justificação"); (ii) a incorporação da Sociedade pela Rex IV nos termos e condições do Protocolo e Justificação ("Operação" ou "Incorporação"); e (iii) a autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Reunião de Sócios encontram-se à disposição dos sócios na sede social da Sociedade. Quaisquer correspondências, questionamentos e/ou solicitações à Sociedade deverão ser encaminhadas por escrito com antecedência à data da Reunião de Sócios para o endereço da sede social indicado acima. Rio de Janeiro, 31 de maio de 2023. **Rodrigo Romualdo Moreira** – Diretor Sem Designação Específica; **Alexandra Catherine de Haan** – Diretora Sem Designação Específica. (01, 02 e 03/06/2023)

2022

TCE: contas de Cláudio Castro têm parecer favorável

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) emitiu, terça-feira, parecer favorável à aprovação das contas de 2022 do Governo do Estado, pelo segundo ano seguido. Os conselheiros acompanharam o voto da relatora, conselheira substituta Andrea Siqueira Martins.

"O parecer favorável do TCE atesta o compromisso de nossa gestão com o bom uso do dinheiro público. Ano passado, as contas de 2021 também foram aprovadas, o que não acontecia desde 2015. É a comprovação e o reconhecimento de que seguimos no caminho certo, trabalhando com seriedade, responsabilidade e transparência", afirmou o governador Cláudio Castro.

O estado fechou 2022 com um superávit de R$ 6,5 bilhões. Além disso, investiu mais do que os mínimos constitucionais em Educação e Saúde. Na primeira área, foram aplicados R$ 13,6 bilhões, o correspondente a 25,70% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Já na Saúde, o investimento foi de 12,84% da RLIT (R$ 6,8 bilhões).

"Percebe-se nessas contas do governo um significativo esforço no cumprimento da legislação, com o atendimento, por exemplo, do mínimo legal de aplicação em ações de serviços públicos de saúde", destacou o conselheiro-presidente do Tribunal, Rodrigo Melo do Nascimento.

Os investimentos em 2022 registraram um aumento nominal (sem considerar a correção pela inflação) de 192% em comparação com o ano anterior. O montante chegou a R$ 5,6 bilhões destinados a obras e projetos de infraestrutura e unidades públicas na capital e no interior, especialmente nas áreas de Saúde e Educação.

Outro ponto positivo foi a manutenção da tendência de queda no estoque de Restos a Pagar. O ano passado terminou com o menor valor desde 2015: R$ 7,5 bilhões. Desse total, R$ 2,8 bilhões correspondem a valores inscritos em 2022, relativos a despesas que usualmente ficam para o ano seguinte, em virtude do encerramento do exercício, como a folha de dezembro do funcionalismo.

Mesmo com a queda na arrecadação, motivada pelas leis complementares federais 192 e 194, que mudaram a tributação do ICMS de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, o governo encerrou 2022 com disponibilidade de dinheiro em caixa para a manutenção dos serviços essenciais em um último ano de mandato, cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na comparação com as contas de 2018, também um último ano de mandato, foram apontadas pelo TCE 14 irregularidades. Desta vez, o estado chega ao segundo ano seguido com as contas aprovadas.

Nota

MORRRE ACUSADO DE ROUBAR CARROS E EXIBI-LOS NAS REDES SOCIAIS

A Polícia Militar confirmou na ontem a morte de Paulo Sérgio Ferreira Pereira, o Surfista da Penha, 19, suspeito de ser um dos principais criminosos envolvidos no roubo de carros do Rio de Janeiro. Segundo a corporação, a polícia foi acionada após uma troca de tiros. Quando uma viatura chegou ao local, Pereira já estava morto, e um outro homem, baleado.